

RECLAMAÇÃO Nº 36.669 - SP (2018/0272899-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECLAMANTE : KAUAN ROGERIO DE JESUS DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DIEGO NUNES - SP273317
RECLAMADO : JUIZ DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL - DEECRIM/UR1 - SÃO PAULO/SP

DECISÃO

Trata-se de reclamação com pedido liminar ajuizada por KAUAN ROGERIO DE JESUS DOS SANTOS na qual aponta como inobservada decisão oriunda desta Corte (HC n. 458.722/SP) que, em liminar, garantiu-lhe a imediata transferência para o regime prisional semiaberto, com a aplicação das respectivas regras.

A eminente Ministra Laurita Vaz, então Presidente deste Tribunal, deferiu a medida liminar no bojo do *habeas corpus* acima referido, mediante a invocação dos seguintes fundamentos:

Trata-se de habeas corpus substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de KAUAN ROGERIO DE JESUS DOS SANTOS, contra decisão do Desembargador que indeferiu o pedido de liminar, nos autos do writ nº 2133437-79.2018.8.26.0000, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, como incurso no art. 157, § 2º, incisos I e II, à pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade (fls. 38-47).

Inconformada, a Defesa impetrou habeas corpus perante o Tribunal a quo. O pedido de liminar foi indeferido pelo Desembargador Relator, consoante decisão de fls. 84-85.

Neste writ, a Defesa sustenta que não estão presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal e que a custódia cautelar impõe o cumprimento de medida mais gravosa do que o resgate da pena em regime inicial semiaberto.

Postula, assim, liminarmente, que seja concedido o direito de recorrer em liberdade ou, subsidiariamente, que seja determinado o imediato cumprimento provisório da pena em regime semiaberto.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

Inicialmente, cumpre ressaltar que, consoante o posicionamento aplicado pelos Tribunais Superiores, não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância, o

que tem inclinado o Supremo Tribunal Federal a sequer conhecer da impetração, a teor do verbete sumular n.º 691: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

No entanto, a despeito do óbice processual, têm entendido as Cortes Superiores que, nesses casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência, a fim de preservar o direito à liberdade, tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho não pode ser ordinariamente admitido, salvo nas hipóteses em que se evidenciar situação absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, mormente por forçar o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

*No caso em apreço, **há ilegalidade patente** capaz de autorizar a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal.*

A pretensão liminar deve ser parcialmente deferida, por estarem configurados a plausibilidade jurídica do pedido e o perigo da demora.

Ocorre que, conforme a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, fixado, na sentença, o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena, mostra-se antijurídico constranger o Condenado a aguardar o julgamento do seu recurso de apelação em regime prisional mais gravoso do que aquele fixado no édito condenatório.

A propósito:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. NEGATIVA DE APELAR EM LIBERDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. QUANTIDADE DE DROGA. AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM O DISTRITO DA CULPA. REGIME SEMIABERTO IMPOSTO NA SENTENÇA. ADEQUAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR AO MODO INTERMEDIÁRIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

5. Se o Juiz de primeiro grau fixou o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena, a manutenção das pacientes segregadas cautelarmente representa a imposição de um regime prisional mais gravoso do que aquele estabelecido na sentença condenatória, enquanto aguardam o julgamento do recurso de apelação, razão pela qual fazem jus ao direito de aguardar o julgamento do recurso interposto no regime prisional fixado na sentença.

6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para que as pacientes aguardem o julgamento do recurso de apelação em estabelecimento adequado ao regime prisional

fixado pelo Juízo sentenciante (o semiaberto), salvo se, por outro motivo, estiverem presas em regime mais gravoso." (HC 321.125/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 10/05/2016.)

*Ante o exposto, **DEFIRO** o pedido de liminar, tão somente para determinar a imediata transferência do Paciente, se por qualquer outro motivo não estiver preso, para o regime prisional semiaberto, com aplicação das respectivas regras, até o julgamento definitivo deste writ.*

Aduz a defesa que, com o passar do tempo, aguardando o julgamento do recurso de apelação interposto no regime semiaberto, como determinado por esta Corte, o reclamante adquiriu o direito à progressão ao regime aberto. E, "*tendo em vista que o decisão liminar proferida por este colendo Tribunal deu ao reclamante o direito a todos os benefícios do regime semiaberto, não resta, senão, outra possibilidade do que a progressão de pena para o regime aberto (mesmo que em caráter provisório) tendo em visto o previsto no artigo 112 da lei de execução penal c/c artigo 42 do Código Penal*" (e-STJ fl. 6).

Afirma que, não obstante formulado pedido de progressão ao regime aberto, o pleito ainda não foi examinado, o que, na sua ótica, consubstanciaria inobservância do que foi decidido em caráter liminar no writ.

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedida ao reclamante a progressão ao regime aberto.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 61/64).

Informações prestadas (e-STJ fl. 73).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo perda do objeto da presente reclamação (e-STJ fls. 75/76).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações obtidas no sítio eletrônico da Corte Estadual e conforme consta do parecer ministerial, o ora reclamante obteve, em 27/11/2018, a pretendida progressão para o regime aberto.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicada** a presente reclamação.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

